

mediana, pela positiva ou pela negativa, sejam decididas por entidades externas às escolas.

“Uma das coisas que se comprovaram com o actual modelo foi que, sempre que havia avaliações abaixo do ‘bom’ ou então ‘muito bom’ e ‘excelentes’, os relatores [professores avaliadores] tinham problemas”, disse. “Quando se passa do [padrão] geral para estas situações particulares geram-se perdas de confiança. Fica sempre a dúvida sobre o que motivou de-

do modelo do ensino privado

com o ministério”.

Nessa negociação, avisou o sindicalista, uma das exigências da Fenprof será a

“eliminação de quotas” para os melhores desempenhos. O actual modelo fixa um máximo, por escola, de 20% de classificações de “muito bom” e 5% “de excelentes”. Nas escolas particulares, lembrou Nogueira, essa regra não existe: “Defendemos que o mérito seja medido em absoluto, mesmo que isso signifique ficar abaixo das quotas que hoje existem”, expli-

directores de departamento do professor avaliado, assistem a aulas e propõem notas. Director tem decisão final.

Os processos são complexos. Há cinco níveis de desempenho, com quotas para os dois mais altos, e uma série de indicadores e descritores desse desempenho.

âmbito do conselho pedagógico, deverá propor avaliação, como sucede nos privados. É possível recorrer a entidades externas.

Deverão ser simplificados os procedimentos da avaliação. Desempenho dos alunos poderá ter influência, sempre que seja possível medi-lo pelos exames.

lho dos professores, sem descurar a componente da progressão”.

Setembro é prazo difícil

Ao contrário da Federação Nacional de Educação (FNE), a Fenprof não acredita que o novo modelo esteja todo pronto já em Setembro: “Isso implicaria negociar em Agosto, quando os professores não estão nas escolas”, justificou Nogueira.

“No entanto, acrescentou o sindicalista, “seria um óptimo sinal que o actual modelo fosse suspenso antes do arranque do ano”.

cou, dando o exemplo dos Açores: “Nessa região autónoma, em que não existem quotas na avaliação, a percentagem de professores avaliados com notas acima do

‘bom’ foi inferior aos 25%.”

Outra das soluções do modelo privado bem vistas pelos sindicatos é a existência de apenas três níveis de avaliação (em comparação

Programa ajudou 65 sem-abrigo com doenças mentais a deixar a rua

LISBOA Além da casa, sem-abrigo reaprendem a viver em comunidade, a recuperar as reformas ou a fazer uma alimentação saudável

Anabela, poetisa de 45 anos que nunca organizou os poemas em livro, deu uma volta à vida quando decidiu ter casa através do programa “Casas Primeiro”, que ajudou 65 sem-abrigo com doenças mentais a deixar as ruas de Lisboa.

O programa auxilia pessoas sem-abrigo de longa duração e com doenças mentais a arrendar uma casa individual, garantindo-lhes o acompanhamento por técnicos especializados para que consigam um projecto de vida e

não voltem a morar na rua.

Para Anabela, no programa há um ano e meio, o “Casas Primeiro” tem sucesso porque a casa não vem sozinha. “Mesmo que arranijamos um quarto, temos tendência a voltar para a rua assim que aparecem as dificuldades. Aqui dão-nos apoio psicológico conforme a nossa doença e nós precisamos de sentir aquela luzinha, a dose de humanidade e ajuda que acompanha o projecto”, frisou esta mulher, que chegou a frequentar o ensino superior.

Os utentes aprendem também como fazer uma alimentação saudável a baixo custo, como ter conta bancária ou manter boas relações com vizinhos, com o objectivo de integração na comunidade.

Os planos de gestão são individualizados, mas todos contribuem com 30% dos seus rendimentos para a renda da casa, sendo o resto apoiado pelo Instituto de Segurança Social. As rendas custam em média 350 euros e as casas estão distribuídas pela cidade de Lisboa.

“As pessoas que estão na rua, principalmente se têm uma doença mental, estão muito desorganizadas. Ensinamo-lhes como recuperar as suas vidas, como ter um bilhete de identidade, pedir subsídios a que tenham direito, recuperar as reformas, porque muitos trabalharam e têm direito a reformas que nunca pediram”, exemplificou José Ornelas, coordenador do programa, que é desenvolvido pela Associação para o Estudo e



LEONEL DE CASTRO/GLOBAL IMAGENS

Sem-abrigo recebem uma casa para deixarem de dormir na rua

Integração Psicossocial (AEIPS).

É a partir desta estabilidade habitacional que surgem as outras. “Normalmente as pessoas vivem sozinhas, mas entre elas há também casais ou quem esteja a recuperar a sua família, nomeadamen-

te os filhos retirados pelo tribunal, porque tem agora uma casa e uma vida mais estável”, salientou.

Pelo enorme esforço feito na área da inclusão social, a AEIPS recebeu o Prémio Gulbenkian Beneficência 2011, de 50 mil euros. **Lusa**